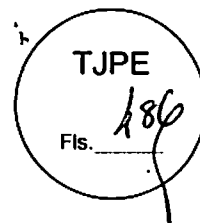




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 3536-83.2014.8.17.0000 (332335-1)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
AGRAVANTE: ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E EMPREGADOS DA
CHESF E DA FACHESF - APOCHESF
AGRAVADOS: MANOEL GOMES DE MORAIS, ANTÔNIO MARINHO CORTEZ, ANTÔNIO BELO
DA SILVA e ELI QUEIROZ DE SOUTO

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA. ELEIÇÃO PARA DIRETORIA EXECUTIVA DA APOCHESF. TRIÊNIO 2014/2017. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. RECONTAGEM DOS VOTOS. INCLUSÃO DAS URNAS DESCARTADAS POR INOBSERVÂNCIA DO PRAZO REGULAMENTAR DE ENVIO. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE FRAUDE NAS URNAS REMETIDAS A DESTEMPO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO DO ATRASO AOS ASSOCIADOS. RECURSO DESPROVIDO.

- Considera-se litispendência a propositura de duas ações idênticas, de modo que se venham formar duas discussões a respeito da mesma relação jurídica, pelo mesmo autor contra a mesma pessoa e com causa semelhante, o que não é o caso dos autos, pois foram manejadas contra partes distintas (em razão da modificação superveniente da legitimidade passiva), nada obstante a identidade de pedido;

- O Relatório elaborado pela Comissão Coordenadora do Processo Eleitoral (e referendado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da APOCHESF) não computou os votos das urnas enviadas fora do prazo regulamentar;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

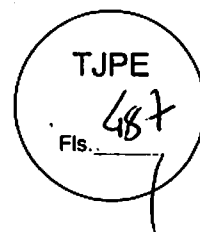
TJPE

Fls. _____

- O desatendimento da norma que prevê o encaminhamento das urnas apuradas em 24 (vinte e quatro) horas não tem o condão de invalidar os votos nelas contidos. Interpretação literal que não observa o contexto e a natureza do processo eleitoral;
- O envio da documentação à sede constituía encargo das mesas apuradoras, cujas nomeações são homologadas pela própria Comissão Eleitoral, que, por sua vez, recebeu os resultados imediata e eletronicamente após a contagem dos votos;
- As chapas concorrentes, apesar de não interferirem no envio das urnas às sedes, fiscalizaram todas as etapas da votação e apuração;
- No caso, não há nenhum sinal de contaminação das urnas remetidas de forma atrasada, conforme prova colacionada aos autos;
- De mais a mais, a eleição ocorreu época que coincidiu com a greve dos Correios em todo o Brasil, fato que justifica o atraso na chegada da maioria dos documentos;
- A norma regulamentar não prevê que a inobservância do prazo acarrete em nulidade dos votos contidos nas urnas. Aplicação, por analogia, da teoria da instrumentalidade do processo (art. 244 do CPC), especialmente em razão da inexistência de prejuízo ao processo eleitoral diante do malsinado atraso;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



- Deve ser prestigiado, ao revés, o princípio democrático que rege qualquer eleição, pois ausente indício de fraude na votação, a aplicação *ipsis litteris* da norma atentaria contra a idoneidade do processo eleitoral em si, desconsiderando quase 64% (sessenta e quatro por cento) dos votos;
- A decisão de 1º Grau é plenamente exequível, não podendo o ato reputado ilegal pelo Poder Judiciário ser referendado pelo simples decurso do tempo ou posse da nova mesa diretora, sob pena de ofensa ao Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição;
- Recurso improvido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que figuram como partes as nominadas acima, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, em **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Desembargador Relator que, devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Sala de Sessões, em

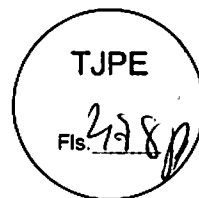
180614

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 3536-83.2014.8.17.0000 (332335-1)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
AGRAVANTE: ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E EMPREGADOS DA
CHESF E DA FACHESF - APOCHESF
AGRAVADOS: MANOEL GOMES DE MORAIS, ANTÔNIO MARINHO CORTEZ, ANTÔNIO BELO
DA SILVA e ELI QUEIROZ DE SOUTO

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão (fls. 41/45) que antecipou os efeitos da tutela perseguida pelos ora Agravados em Ação Ordinária. O MM Juiz da 14ª Vara Cível da Capital obrigou à Demandada, ora Agravante, a reconstituir, no prazo de 05 (cinco) dias, "a Comissão Coordenadora do Processo Eleitoral da APOCHESF - Triênio 2014/2017, devendo esta comissão produzir no mesmo prazo acima novo relatório de urnas descartadas, pelo desatendimento ao requisito 13.5 do regulamento das eleições gerais da ré, com proclamação do resultado respectivo, sob pena de multa diária de R\$ 500,00".

O i. magistrado entendeu presentes os requisitos da verossimilhança e prova inequívoca das alegações, além da existência de dano irreparável ou de difícil reparação, nos termos do art. 273 do CPC.

Através da demanda originária, os Agravados buscam invalidar o Relatório produzido pela Comissão Coordenadora do Processo Eleitoral da APOCHESF - Triênio 2014/2017 (fls. 93), aprovado pela Diretoria Executiva da entidade (fls. 97/99) e referendado pelo Conselho Deliberativo (fls. 100/101).

C
1



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

No referido documento, a comissão formada para conduzir o processo eleitoral da Diretoria Executiva da APOCHESF para o triênio 2014/2017 não considerou os votos oriundos das urnas enviadas fora do prazo estabelecido no item 13.5 do Regulamento Geral das Eleições.

Além disso, a urna contendo os votos de João Pessoa estaria sem lacre, ao passo que (juntamente com a urna de Campina Grande) teria sido trazida pelo mesmo taxista que transportou o candidato da CHAPA 01.

Assim, deixaram de ser computados os votos oriundos das urnas das seguintes localidades: Salvador, Ubatã, Fortaleza, Milagres, Teresina, Guadalupe, Sobradinho/Petrolina, Paulo Afonso/Itaparica, Maceió, Rio Largo, Garanhuns, Angelim, João Pessoa, Campina Grande e Aracaju/Itabaiana, que somadas, segundo os Agravados, corresponderiam a quase 65% (sessenta e cinco por cento) do total de votos da eleição e 94% (noventa e quatro por cento) do eleitorado não residente no Recife.

O i. Togado de piso afirmou que a regra determinando a remessa das urnas em 24 (vinte e quatro) horas depois de concluída a apuração, não poderia causar prejuízo à CHAPA 01.

Afirmou que a remessa das urnas se constitui encargo das mesas de recepção e apuração dos votos das respectivas Regionais, cujas composições são homologadas pela própria Comissão Coordenadora do Processo Eleitoral (item 4.4).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Lacerda de Moraes



Ademais, concluídas as contagens, os resultados foram enviados imediatamente por meio eletrônico, conforme comprovam as cópias dos e-mails de fls. 204/206, 209, 212, 216, 220, 226, 227 (todos do vol. 2), dentre outras.

Deste modo, considerando que "a apuração das urnas compete à própria APOCHESF e que a apuração, via de regra, ocorre no mesmo local e dia da votação, tomando conhecimento das atas de resultado de cada regional a Comissão Eleitoral no mesmo dia, não tenho como considerar razoável a observância literal do item 13.5 do regulamento das eleições".

Nas razões recursais (fls. 02/17), a Agravante alega litispendência, considerando o ajuizamento da ação 19517-52.2014.8.17.0001 com o mesmo pedido e causa de pedir da demanda originária, manejada, todavia, contra demandados diversos, i. e., os componentes da Comissão Coordenadora do Processo Eleitoral da APOCHESF.

Ademais, sustenta ser a decisão agravada inexecutável, uma vez dissolvida a Comissão Eleitoral e encerrados os mandatos dos componentes do Conselho Deliberativo que referendaram os relatórios elaborados pela Comissão e aprovado pela Diretoria Executiva.

Ressalta a clareza da regra que determina o envio das urnas pela mesa apuradora em 24 (vinte e quatro) horas, asseverando a ausência de impugnação ao Regulamento para Eleições Gerais da APOCHESF.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Aduz, por fim, a nulidade da decisão judicial por ingerência no mérito administrativo, extrapolando a análise do ato em relação aos seus aspectos formais (competência, finalidade e forma).

Desta forma, noticiando ocorrência de lesão grave e de difícil reparação oriunda da instabilidade administrativa da Associação em razão de dúvidas quanto à validade dos atos praticados pela nova diretoria, além da contabilização de votos possivelmente fraudados, requer o empréstimo de efeito suspensivo ao recurso.

Pugna, ao final, pelo provimento do Agravo para acolher a preliminar de litispendência e extinguir o processo sem resolução de mérito (art. 267, V, CPC), ou a reforma integral da decisão.

Preparo devidamente comprovado às fls. 48.

Através da interlocutória de fls. 466/470v (vol. 3), deneguei o efeito suspensivo pleiteado, mantendo a decisão agravada até ulterior deliberação.

Apesar de devidamente intimados, os Agravados deixaram transcorrer *in albis* o prazo para contra-arrazoar, conforme certidão de fls. 475.

É o relatório, no essencial.

Inclua-se em pauta sem revisão.

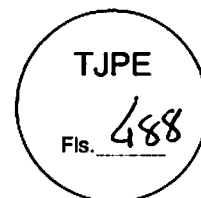
Recife, 06/06/14

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 3536-83.2014.8.17.0000 (332335-1)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
AGRAVANTE: ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E EMPREGADOS DA
CHESF E DA FACHESF - APOCHESF
AGRAVADOS: MANOEL GOMES DE MORAIS, ANTÔNIO MARINHO CORTEZ, ANTÔNIO
BELO DA SILVA e ELI QUEIROZ DE SOUTO

V O T O

F18

O provimento do Agravo de Instrumento pressupõe a simultânea presença, na hipótese em julgamento, dos requisitos da relevância da fundamentação e do perigo da demora, este normalmente caracterizável pelo risco de lesão grave e de difícil reparação ao direito da recorrente, caso na instância revisora seja mantido o ato judicial atacado.

Rechaço, de plano, a alegação de litispendência.

Considera-se litispendência a propositura de duas ações idênticas, de modo que se venham formar duas discussões a respeito da mesma relação jurídica, pelo mesmo autor contra a mesma pessoa e com causa semelhante, o que não é o caso dos autos, pois foram manejadas contra partes distintas, nada obstante a identidade de pedido. É esta a dicção dos §§1º e 2º, do art. 301, do CPC¹.

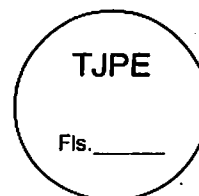
¹ § 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.

§ 2º Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

R



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Silva de Moraes



Ademais, o ajuizamento a posteriori da demanda originária se justifica pelo fato da decisão do Conselho Deliberativo da APOCHESF (fls. 100/101), de modo superveniente, ter referendado a decisão da Comissão Eleitoral formada pelos Réus da 1ª demanda, modificando a legitimidade para cumprimento das medidas pleiteadas.

Por outro lado, o móvel da ação gira em torno da validade dos votos oriundos das urnas enviadas fora do prazo estabelecido pelo item 13.5 do Regulamento Geral das Eleições (fls. 405/411, vol. 3), assim redigido:

.....

13.5. Após concluídos os trabalhos de apuração, a mesa encaminhará à Sede a urna apurada com suas respectivas cédulas, os envelopes de votos separados e o mapa de apuração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para a Comissão Coordenadora do Processo Eleitoral.

.....

Com base na referida regra, a comissão encarregada do processo eleitoral anulou a votação nas Regionais que não observaram o prazo estabelecido.

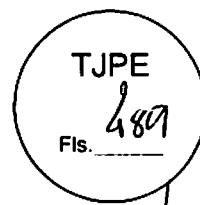
A decisão da Comissão está assim redigida: (g.n.)

.....

Os votos contidos nas urnas de Recife-PE foram apurados no dia 27 de Fevereiro de 2014. Em 11 de Março de 2014, os Srs. José Luiz Medeiros de Britto Sobrinho e Daniel José dos Santos, representantes da CHAPA 2, apresentaram Impugnação às urnas enviadas após o prazo estipulado no item 13.5 do "Regulamento Para Eleições Gerais da APOCHESF", período 2014/2017, tendo sido tal Impugnação acolhida pela Comissão Coordenadora do processo Eleitoral. Quanto aos votos do Rio de Janeiro, Santa Cruz-RN, Natal-RN, Piranhas-AL e São Paulo-SP, foram apurados em reunião realizada no dia 10 de Março de 2014, na qual estavam presentes 01 (um) representante de cada chapa, seus respectivos advogados e os membros da Comissão Coordenadora do Processo Eleitoral. **Convém destacar que, considerando o disposto**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



no item 13.5 do "Regulamento Para Eleições Gerais da APOCHESF", período 2014/2017, bem como os dados constantes dos documentos anexos: "Relatório Contendo Datas de Remessa e Recebimento dos Documentos Referentes às Eleições" e Carta da Secretaria da APOCHESF", datada de 12 de Março de 2014, endereçada ao Presidente da Comissão Coordenadora do Processo Eleitoral da Associação, e "Impugnação" apresentada pela CHAPA 02, deixamos de analisar a documentação remetida pelas localidades a seguir citadas, de vez que a mesma foi enviada à Comissão Coordenadora do Processo Eleitoral fora do prazo estipulado no item 13.5 supracitado: Salvador; Ubatã; Fortaleza; Milagres; Teresina; Guadalupe; Sobradinho/Petrolina; Paulo Afonso/Itaparica; Maceió; Rio Largo; Garanhuns; Angelim; João Pessoa; Campina Grande; Aracaju/Itabaiana.

.....

Uma leitura apressada e isolada da regra pode levar o intérprete a uma conclusão equivocada. Sua interpretação deve se dar dentro do contexto e natureza do processo eleitoral previsto pelo Regulamento.

Como bem anotado pelo Juiz de piso, a regra não deve importar em invalidação das urnas em prejuízo, não só da CHAPA 01, mas principalmente dos associados da APOCHESF.

Pelo que se infere da leitura do Regulamento da Eleição (fls. 405/411), a Comissão Coordenadora do Processo Eleitoral é composta por 3 (três) membros, com respectivos suplentes e indicados pelo Presidente da Associação (item 4.2), cuja função é coordenar todas as etapas do processo eleitoral, inclusive a homologação de registro de candidatos e composição das mesas receptoras e de apuração de votos (item 4.4).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

De acordo com o instrumento normativo, as mesas receptoras de cada regional, ao término da votação, transformam-se em mesas apuradoras (13.1), e a medida em que abertas, suas cédulas são lidas em voz alta por um dos seus componentes (14.1), devendo a ata "ser assinada pelos membros da mesa e fiscais que o desejarem" e as cédulas e os envelopes de voto em separado "recolhidos à urna, sendo esta fechada, lacrada e encaminhada à Comissão Coordenadora do Processo Eleitoral" (14.8).

Pelo que se observa do procedimento regulamentar, as chapas, apesar de não interferirem no envio das urnas às sedes, têm o poder de fiscalizar todas as etapas da apuração.

Como se vê, o encaminhamento da documentação à sede constitui, na verdade, encargo das mesas apuradoras e, em última análise, da própria Comissão.

Ademais, os resultados foram enviados imediata e eletronicamente à Comissão Eleitoral, conforme provam os e-mails juntados às fls. 204/206, 209, 212, 216, 220, 226, 227, 230, 233, 234, 235/236.

De mais a mais, consta nos autos declarações dos Presidentes das Mesas, nos quais afirmam "tão logo concluída a apuração a urna foi lacrada, sendo entregue no mesmo dia na Diretoria Regional, órgão que sempre foi responsável, em anos eleitorais, pela entrega e posterior recebimento das urnas e pela remessa delas para a Comissão Eleitoral da APOCHESF" (fls. 138/146).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes

TJPE

Fis. 400

Com efeito, a estipulação regulamentar de prazo para envio das urnas tem a função de coibir eventuais violações aos resultados obtidos nas Regionais da APOCHESF. Contudo, no caso dos autos, não há nenhum sinal de contaminação das urnas remetidas de forma atrasada.

É exatamente isso que testifica o documento emitido pela Secretária da APOCHESF, na qual declara o recebimento, (via Correios, malote e portador) dos envelopes/urnas entre os dias 27/02/2014 e 11/03/2014 totalmente lacrados (inclusive os de João Pessoa e Campina Grande enviados dentro prazo), contendo material das eleições (fls. 102/103).

Acrescente-se que a eleição ocorreu em 27/02/2014, quinta-feira antes do carnaval, época que coincidiu com a greve dos Correios em todo o Brasil, fato que justifica o atraso na chegada da maioria dos documentos.

Relembre-se, d'outra banda, que embora o item 13.5 determine o envio dos documentos em 24 (vinte e quatro) horas, não prevê que a inobservância do prazo acarrete em nulidade dos votos contidos nas urnas.

A solução a ser dada remete, por analogia, à teoria da instrumentalidade do processo, explicitada no art. 244 do CPC², especialmente em razão da inexistência de prejuízo do processo eleitoral diante do malsinado atraso.

² Art. 244. Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Deve ser prestigiado, ao revés, o princípio democrático que rege qualquer eleição, pois ausente indício de fraude na votação, a aplicação *ipsis litteris* do seu item 13.5 atentaria contra a idoneidade do processo eleitoral em si, mesmo porque acarretou na desconsideração de quase 64% (sessenta e quatro por cento) dos votos de todo eleitorado.

N'outro vértice, a decisão não invadiu o "mérito do ato administrativo" como pretende fazer crer a Agravante, estando a análise realizada dentro do espectro da legalidade do ato praticado pela Comissão Eleitoral e referendado pelos demais órgãos da Associação.

Acatar o argumento ventilado pela Agravante redundaria em ofensa ao Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional (art. 5º, XXXV, da CF/88).

Por fim, a decisão de 1º Grau é plenamente exequível, não podendo o ato reputado ilegal pelo Poder Judiciário ser referendado pelo simples decurso do tempo ou posse da nova mesa diretora.

Isto posto, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO**, mantendo a decisão agravada em sua integralidade.

É como voto.

Recife, 18/06/11

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator